



Justiça decide que Legacy não pode sair do Brasil

O desembargador João Mariosi, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, concedeu liminar neste sábado (7/10) que impede o Legacy de sair do Brasil. O objetivo do processo movido pelos advogados Paulo Ramalho e Marcelo Moura de Souza é garantir o pagamento de indenização a Bernardo Álvares da Silva Campos, que perdeu no acidente a mulher Patrícia de Souza Moreira, funcionária da Nokia. A informação é do jornal *O Estado de S. Paulo*.

O jato Legacy colidiu com o Boeing da Gol, provocando o maior acidente da história brasileira, que matou 154 pessoas. A Aeronáutica acredita que tudo foi provocado porque, embora o jato dispusesse de um sofisticado sistema anticollision, o transponder que permitiria seu funcionamento estava inoperante. E responsabilizou o piloto do Legacy, Joseph Lepore, pelo acidente.

O Legacy e o Boeing da Gol estavam na mesma aerovia. O avião da Gol voava na altitude autorizada pelo controle, de 37 mil pés. O Legacy seguiu nos mesmos 37 mil pés autorizados até Brasília, e não desceu para os 36 mil pés como deveria.

Inquérito na PF

O delegado da Polícia Federal Renato Sayão, responsável pelo inquérito que apura as causas da queda do Boeing 737-800 da Gol, no dia 29, com 154 pessoas a bordo, acredita que poderá concluir as apurações do caso em 60 dias. "Não é uma investigação difícil do ponto de vista policial. Há poucas diligências envolvidas", explicou o delegado. "A complexidade está na análise das provas técnicas."

Pelo menos até a conclusão do inquérito, a PF e o Ministério Público querem manter retidos no Brasil os tripulantes do Legacy, os americanos Joseph Lepore e Jan Paul Paladino. Os passaportes de ambos foram apreendidos e estão em poder da Polícia Federal.

Por ora, o inquérito contém os depoimentos dos sete ocupantes do Legacy além de Lepore e Paladino, os executivos da ExcelAire Ralph Michelli e David Rimmer; os funcionários da Embraer Henry Yanble e Daniel Bachmann; e o jornalista do The New York Times Joe Sharkey. Também foram ouvidas pessoas que estavam nas proximidades do local do acidente que testemunharam a queda do Boeing.

Há também uma lista de providências a serem tomadas, como o requerimento dos planos de voo do Legacy, o laudo de inspeção da Anac - Agência Nacional de Aviação Civil nos equipamentos de controle aéreo das torres que acompanharam a trajetória dos aviões, e a criação do inquérito do Argo, que apura as causas do acidente.



A partir da próxima terça-feira, o delegado concentrará os trabalhos em Brasília e iniciará o interrogatório dos controladores de voo que estavam trabalhando no dia do acidente. Sayão disse que trabalha com a hipótese de falha humana, já que as duas aeronaves eram novas. O Boeing estava em operação desde 12 de setembro, enquanto o Legacy tinha acabado de sair da fábrica da Embraer.

Competência

O procurador da República em Mato Grosso, Thiago Lemos de Andrade, encaminhou à Justiça Federal um pedido de competência para julgar as responsabilidades sobre o acidente. A decisão será tomada pelo Supremo Tribunal Federal neste fim de semana.

Na quinta-feira (5/10), ele havia pedido à Justiça Federal em Sinop (MT) que decidisse sobre qual esfera tem competência para investigar o caso e julgar eventuais responsáveis. Há dois inquéritos em curso: um da PF e outro da Polícia Civil de Mato Grosso.

A expectativa no meio jurídico é de que o Supremo conclua que a PF e a Justiça Federal são as responsáveis pelo caso. Esse entendimento tem como base o artigo 109 da Constituição Federal. O dispositivo estabelece que "aos juízes federais compete processar e julgar os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves".